

Economia Política do Poder: Os Fundamentos da Teoria Crítica nos Estudos Organizacionais

José Henrique de Faria*

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar os fundamentos de uma nova abordagem na área dos estudos organizacionais, denominada Economia Política do Poder, enquanto vinculada à teoria crítica. O objetivo principal da Economia Política do Poder é mostrar as formas como as organizações definem e implementam seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se operam em seu interior, o que responde a dois propósitos que constituem sua práxis: o primeiro é de natureza teórico-metodológica e o segundo é de natureza prática, porquanto deve permitir desvendar e expor os mecanismos de poder em organizações. Para tanto, procurar-se-á delimitar a abrangência de um tal projeto e fundamentar sua abordagem em termos de definição das formas de controle psicossocial e dos níveis de análise, do conteúdo epistemológico dos estudos, do objeto a ser estudado, do ambiente social em que o mesmo se encontra inserido, do seu contexto e do foco. A presente proposta é totalmente nova no campo de estudos organizacionais e, ao mesmo tempo em que tem fundamentado pesquisas empíricas, tem delas se valido para ajustar seus pressupostos.

1 Introdução

A concepção da Teoria Crítica tem sido relacionada diretamente à Escola de Frankfurt (BOTTOMORE, 1983), enquanto compreensão totalizante e dialética, capaz de fazer emergir as contradições da sociedade capitalista. Entretanto, a Teoria Crítica não é uma unidade na Escola: o grupo que se organiza em torno do Instituto de Pesquisa Social (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Fromm, Pollock), adota fundamentos diferentes dos seguidos por Habermas, cujos textos no início seguem as linhas definidas pelo grupo, mas que reformula a noção de Teoria Crítica tomando outro rumo e abandonando os fundamentos marxistas que caracterizam a Escola de Frankfurt.. Mesmo no primeiro grupo existem diferenças, que podem ser resumidas em dois textos: *Traditionelle und Kritische Theorie*, publicado em 1937 por Horkheimer e *Philosophie und Kritische Theorie*, publicado no mesmo ano por Marcuse como resposta a Horkheimer.

A Teoria Crítica pretendia denunciar¹ a repressão e o controle social a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que se estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia. Neste sentido, os

* Professor Titular Doutor da Universidade Federal do Paraná/DAGA. Visiting Professor at University of Michigan/ILIR Agradeço o fundamental apoio do CNPq, o qual viabilizou as pesquisas das quais resultaram este artigo.

¹ No encerramento do XXVI ENANPAD (em 2002), um dos participantes do encontro afirmou que a teoria crítica tem um papel importante na produção acadêmica, mas que seria necessário recusar o “denuncismo”. Esta avaliação, equivocada e preconceituosa, sobre a força da denúncia da teoria social (tão bem expressa pela Escola de Frankfurt com relação aos totalitarismos), está fundamentada em uma opção pelo “sugestionismo pragmatista”, para o qual toda a pesquisa que denuncia deve apresentar uma solução, a qual, naturalmente, não poderia decorrer da ação dos sujeitos e das relações que estes são capazes de estabelecer, já que se encontra brotada na mente iluminada do

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

teóricos da Escola de Frankfurt investiram tanto contra o nazismo, de que foram vítimas, quanto contra o totalitarismo que se introduziu na União Soviética, sob Stalin. Assim, ao mesmo tempo em que se vinculam ao pensamento marxista, esses teóricos não abdicam da crítica a determinados “marxismos” (os mecanicistas, os naturalistas, as versões fisicalistas da história elaborada pelos leninistas, entre outros), retomando a dialética hegeliana em sua versão materialista e dialogando com Freud, Weber e outros pensadores não marxistas. Tais diálogos abriram espaços para a ampliação das análises de fundamento marxista, entre outras, nas áreas da estética, da cultura, do conhecimento, da lingüística, da psicologia social e das organizações.

O Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) foi fundado² no interior desse confronto. O marxismo, que detinha uma certa unidade e uma identidade, passava a conviver com a fragmentação. O objetivo inicial dos fundadores do Instituto e de toda a primeira geração era apresentar um modelo de marxismo como alternativa às concepções que dividiam o marxismo. Tratava-se, neste momento, resolver o problema da crise e da fragmentação, de retomar a tradição do marxismo para restabelecer sua identidade.³ Um dos pontos cruciais na crise do marxismo residia em uma discordância quanto ao caminho e aos meios para se chegar ao poder: pela via das reformas ou da revolução. Tal divergência relacionava-se às análises que estavam na base dos diagnósticos e prognósticos. É nesse contexto que surge o programa de Horkheimer de um materialismo interdisciplinar.

Para compreender o mundo, Horkheimer (1974; 1974b) julgava, como Lukács (1976; 1990), que se deveria partir do marxismo, porém refundindo-o com a incorporação de outros saberes. Esse movimento, iniciado com Lukács e Korsch, denominado por Wiggershaus de “marxismo ocidental”, tem um dos seus eixos na abertura para saberes, teorias científicas ou filosóficas, não diretamente marxistas. Neste sentido, uma das

pesquisador e em uma certa arrogância elitista que pressupõe que o conhecimento é suficiente para a ação. Uma pesquisa pode sugerir ações, sempre e onde couberem, mas não pode pretender que as mesmas sejam soluções definitivas e inapeláveis e tampouco pode supor que, uma vez indicadas, as sugestões não serão trabalhadas pelas novas relações que inevitavelmente se estabelecerão. Ao final, o pragmatismo parece pretender que as organizações recebam um conjunto de soluções prontas, nascidas da concepção de um aristocrático esquadrão de intelectuais orgânicos a serviço dos dominantes.

² A Escola de Frankfurt teve sua origem no Instituto de Pesquisa Social fundado em Frankfurt em 1923, com um legado de Félix Klein. O primeiro diretor do Instituto foi Karl Grünberg, marxista austríaco, historiador da classe operária. Sucedeu-lhe inicialmente Friedrich Pollock e mais tarde, em 1931, Max Horkheimer. Foi precisamente com a nomeação de Horkheimer a diretor que o Instituto passou a adquirir importância sempre maior, assumindo a condição de Escola; tanto do ponto de vista formal, como do ponto de vista de uma corrente de pensamento, com um programa que passou para a história das idéias com o nome de “teoria crítica da sociedade” (ASSOUN, 1991).

³ É importante ressaltar que nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX havia uma crença generalizada no desenvolvimento humano e social: acreditava-se que a humanidade estava se encaminhando para níveis de vida cada vez mais superiores. Essa crença na evolução e essa fé no progresso se assentavam, como hoje, no incessante desenvolvimento científico e tecnológico. O que se esperava, principalmente na Alemanha, era um futuro cada vez mais radiante (MUSSE, 1999).

novidades do materialismo interdisciplinar proposto por Horkheimer foi a tentativa de compatibilizar Marx e Freud, questão que veio a se tornar extremamente relevante nos anos 30 (MUSSE, 1999) e que, atualmente, no campo dos estudos organizacionais, adquire um lugar de destaque.

Embora pareça, à primeira vista, um tanto estranho, no campo dos estudos organizacionais a Teoria Crítica tem sido, às vezes, identificada como crítica teórica ou como abordagem crítica, ou seja, como formulação que articula uma crítica à teoria das organizações, embora permaneça prisioneira dos fundamentos epistêmicos desta. Esta inadequação tem permitido classificar como sendo Teoria Crítica textos que não se enquadram em seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, o que sugere ser necessário demarcar o alcance desta teoria nos estudos organizacionais, desvinculando-a da simples crítica teórica. Para Horkheimer (1990) trata-se de encorajar uma teoria da sociedade em sua totalidade, que seja precisamente crítica e dialética de forma a fazer emergir as contradições da sociedade capitalista. Cabe à Teoria Crítica, como sugere Adorno (1993; 1994), investir contra as imagens deformadas da realidade que desenvolvem a função de servir ao poder, não dando voz à realidade desordenada do capitalismo.

Ao denunciar o eclipse da razão, Horkheimer (1976) afirma que por detrás da pura lei econômica, da lei do mercado e do lucro, encontra-se a pura lei do poder de uma minoria, baseada na posse dos instrumentos materiais de produção, de forma que a tendência ao lucro acaba sendo o que sempre foi, ou seja, a tendência ao poder social. No âmbito do *Capitalismo de Estado*, o lucro foi substituído pelo plano, mas as pessoas continuam sendo objeto de uma administração centralizada e burocrática: tanto os controles sobre o lucro como os controles sobre o plano geraram formas cada vez mais agudas de repressão. A Teoria Crítica, desta maneira, constitui-se em uma teoria não apenas da economia, mas do poder: uma Economia Política do Poder.

Neste sentido, os estudos atuais sobre a vida nas organizações vêm sugerir que é preciso investigar mais do que as racionalidades instrumentais, que as estratégias, que as instituições, que os comportamentos e que as políticas. A análise das organizações necessita desvendar o mundo do poder e as formas de controle psicossocial que o mesmo impetra para se sentir autorizada a compreender essas organizações e suas finalidades. É isto que pode conferir qualidade à teoria, criar condições de análise e promover intervenções políticas em ambientes de trabalho preenchidos de competitividade de toda a ordem.

O objetivo deste artigo é o de apresentar os fundamentos da Teoria Crítica nos estudos organizacionais, sob a ótica da Economia Política do Poder, com a finalidade de indicar que a compreensão da vida nas organizações e sua dinâmica exigem um esquema teórico-metodológico crítico e dialético, que seja capaz de responder às questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas e que valorizem o sujeito coletivo mais do que as organizações em que trabalham, pois de um modo ou de outro, se todos vivem em função de organizações ou delas dependem, como sugere Etzioni

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

(1974), todos vivem originalmente em sociedade. As organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que a constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a ela vinculados e os objetivos para os quais foram criadas. As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e culturais, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias.

O problema central de uma Teoria Crítica, portanto, consiste em esclarecer em que medida as instâncias (a) obscuras, que se operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual, e (b) manifestas, inclusive e especialmente as referentes ao regramento e às estruturas, dão conteúdo às configurações do controle psicossocial nas organizações. Dito de outro modo, é preciso revelar em que medida as organizações definem seus mecanismos de poder e de controle psicossocial, incorporando o que não pode ser dito e o que se reproduz em seus porões, ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às claras, de maneira a criar um mundo ao mesmo tempo de racionalidades (de regras, objetivos, políticas, processos produtivos, planos, estratégias, etc.) e de (inter)subjetividades (símbolos, ritos, imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições.

O objetivo principal de uma Economia Política do Poder é mostrar as formas como as organizações definem e implementam seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se operam em seu interior, o que responde a dois propósitos que constituem sua práxis: o primeiro é de natureza teórico-metodológica, conforme já sugerido; o segundo é de natureza prática, porquanto deve permitir desvendar e expor os mecanismos de poder em organizações com o intuito de subsidiar os sujeitos em suas ações políticas de enfrentamento.

Para tanto, é necessário delimitar a abrangência de um tal projeto e fundamentar sua abordagem, o que deve ser feito em termos de definição das formas de controle psicossocial e dos níveis de análise, do conteúdo epistemológico dos estudos, do objeto a ser estudado, do ambiente social em que o mesmo se encontra inserido, do seu contexto e do foco.

2 Formas de Controle Psicossocial e Níveis de Análise das Organizações

O controle pode ser classificado em três níveis totalmente interdependentes: o econômico, o político-ideológico e o psicossocial. O econômico diz respeito às relações de produção, especialmente às relações e aos processos de trabalho no que se refere à propriedade e à posse; o político-ideológico diz respeito à superestrutura construída a partir das relações de produção, sua institucionalização, inclusive no âmbito do Estado e seus aparelhos e de todo o aparato jurídico, tendo como suporte um sistema de idéias

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

capaz de conferir legitimidade às ações; o psicossocial diz respeito às relações entre os sujeitos, sejam estes individuais ou coletivos, inseridos nos processos produtivos e políticos. Os dois primeiros níveis já foram explorados em pesquisas anteriores (FARIA, 1987; FARIA 1992), razão pela qual neste trabalho dedicar-se-á atenção ao terceiro nível. Neste sentido, pode-se afirmar que existem pelo menos quatro dimensões à partir das quais se pode analisar o controle e seus processos: individual, grupal, organizacional e social. Estas dimensões, ou seja, as relações entre os sujeitos, referem-se, simultaneamente, ao exercício ou à *prática do controle* (pelos indivíduos, grupos, organizações e sociedade) e aos *efeitos sobre* (os indivíduos, os grupos, as organizações e a sociedade). Embora cada uma das dimensões possa ser isolada para fins de análise, concretamente as mesmas aparecem como processos integrados, com suas formas e substâncias, o que exige, de imediato, uma distinção entre o controle em si e suas formas. O controle em si mesmo refere-se à ação, à execução, ou seja, à substância, enquanto as formas de controle referem-se à sua aparência, às maneiras como o controle se institucionaliza. Forma e substância constituem uma unidade quando se investiga os processos de controle, de tal maneira que não se pode analisar a prática do controle sem também analisar seus efeitos e as relações entre ambos, das quais resultam novas práticas e novos efeitos. A literatura sobre o controle, do ponto de vista dos estudos organizacionais, embora não faça esta distinção, freqüentemente vai indicá-la.

De fato, os estudos acerca do controle não são propriamente novos na literatura organizacional. Ao contrário, a assim chamada teoria da administração, desde Taylor, Fayol e Ford, até as novas abordagens denominadas de pós-fordismo, dedicam-se a estabelecer efetivos mecanismos de controle sobre os sujeitos e os grupos nas organizações (FARIA, 1895; FARIA, 1987; FARIA, 1992). Uma abordagem considerada clássica, neste campo, é a desenvolvida por Etzioni, que indica que os mecanismos e controle podem ser preventivos (internos) e posteriores (segregados) (ETZIONI, 1974:281-2). Sem embargo, pode-se concordar que o exercício do controle seja de fato preventivo ou posterior; mais ainda, pode-se aduzir que o exercício do controle seja efetivado durante o processo. Porém, esta definição, desde logo, ignora que independentemente de sua ocorrência o controle já está em ação, ainda que subjetivamente, pelo fato muito simples de que sua definição antecede sua efetivação e a definição já significa a existência de um mecanismo de controle, ainda que não realizado: o controle se encontra em atividade antes mesmo de seu exercício explícito. Em outro texto, Etzioni (1976:945) afirma que os meios de controle podem ser classificados em três categorias analíticas: (a) física, quando, baseado no poder coercitivo, atinge, por violência ou ameaça de violência, diretamente o corpo; (b) material, quando, baseado no poder utilitário, realiza-se através de recompensas que permitem adquirir (ou restringir a aquisição de) bens e serviços; (c) simbólico, ocorre através de símbolos de prestígio, estima, amor e aceitação quando, (i) baseado no poder social, é exercido por pares entre si; (ii) baseado no poder normativo, é exercido pelos dirigentes sobre as posições inferiores e (iii) baseado no poder normativo social, decorre de solicitação de um grupo superior a um grupo subordinado para que

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

este controle seus próprios pares, configurando assim um controle indireto.

Já de acordo com Tannenbaum (1975), o processo de controle auxilia na restrição dos “comportamentos idiossincráticos”, mantendo-os conformados ao plano racional da organização, o qual é derivado de sua necessidade implícita de coordenar e integrar diversas atividades para atingir seus objetivos. Tal processo afeta de maneira intencional o comportamento dos indivíduos na organização, dando origem ao dilema entre liberdade de ação e ordem. Para Cohen (1968), a questão central do controle está relacionada à transgressão, ou seja, às formas de impedi-la, o que parece ter o mesmo significado de manutenção da ordem a que se refere Tannenbaum. Porém, Cohen vai se referir a um componente bastante relevante do controle, que é o aspecto da certeza para os indivíduos submetidos a este, porque mesmo os que padecem do controle sentem-se confortados com sua existência na medida em que este traça os limites do possível e do impossível, do permitido e do proibido, dos direitos e dos deveres, estabelecendo o exato campo da ação.

O objetivo da organização, já afirmava Enriquez (1974), é controlar para produzir, sob o efeito da repetição. A organização vai produzir mercadorias e serviços e, para tanto, vai desenvolver processos ou linhas de produção e distribuição e, ao mesmo tempo, mecanismos de controle sobre os resultados destes processos que venham a garantir o desenvolvimento ou a manutenção dos padrões exigidos, seja pela competição à qual está submetida, seja pela demanda social da qualidade de sua atividade. A qualidade das mercadorias e serviços produzidos decorre em larga medida de sua eficiência, a qual exige um componente fundamental, em maior ou menor grau dependendo do tipo de produção, que é a repetição, pois esta se constitui em um mecanismo que diminui as possibilidades de erro, de desperdício, de incremento dos custos, de não cumprimento de prazos, entre outras. Mas, igualmente, a organização vai produzir comportamentos e atitudes dos sujeitos e, para tanto, desenvolverá mecanismos de controle direto e indireto, objetivo e (inter)subjetivo. Deste modo, para obter comportamentos padronizados a organização, através da vigilância permanente, insistirá na repetição dos comportamentos esperados e na punição dos comportamentos desviantes.

O controle, resumidamente, está relacionado a duas ações e a um efeito, sobre as quais refere-se, em seu emblemático estudo, Foucault (1977): vigiar e punir, enquanto ação, e disciplina, enquanto efeito. Atuando sobre o corpo e sobre a “alma”, na escola, no escritório ou na fábrica, o controle afirma a razão do poder, que exige um mundo sem surpresas e para o qual é necessária a existência de sujeitos permanentemente adestrados, pois o que importa é a anatomia política do detalhe, na qual poder e controle são muito mais exercidos do que possuídos.

Estudos recentes sugerem que quanto mais se ampliam as bases teóricas, conceituais e epistemológicas, mais se expandem e diversificam as perspectivas de desvendamento de novas interpretações e de novos campos de investigação sobre os processos de controle. Para Enriquez (2001:68) controlar significa como impedir os sujeitos de “perceber o que lhes acontece, como submetê-los, tornando-os satisfeitos em

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

sua submissão, ou pelo menos prontos a aceitá-las”. Para Pagès e colaboradores (1993), a organização é um sistema de controle organizado baseado em mediações econômicas, sistema decisório de autonomia controlada, lugar autônomo da produção ideológica e dominação psicológica. Motta (2000:81), partindo de textos de Enriquez, sugere uma concepção centrada em uma teoria analítica, em uma psicanálise que permita estudar a vida psíquica e suas manifestações nas organizações que não se contentem apenas com as aparências dos fenômenos, mas que desenvolva o “interesse pelo que é excluído do cenário da história”, que investigue o “pensamento disciplinado e vigilante”, que analise o que “não está sob os refletores da mídia”, ajudando a “entender os processos sociais, entre os quais os modos de controle social”. Motta (2000:81-7) menciona sete formas de controle social presentes nas organizações:

- a. física: funda-se na violência, na exploração individual e grupal, raptando a vida dos indivíduos e submetendo-os à censura e aos impedimentos;
- b. social: refere-se ao controle burocrático, do trabalho e do rendimento, centrando-se no desempenho, na docilidade e na obediência;
- c. por resultados: é dado pela competição econômica, que apela à inventividade e à iniciativa, que se vale da ideologia do sucesso;
- d. democrática: baseada na expressão popular que confere “legitimidade” às estruturas dominantes para indicar os desejos dos participantes, promover a adesão, propor uma ideologia, definir uma ética, incluir e excluir, sob o comando de poucos;
- e. por vínculos libidinais: atua através do amor, da total identificação ou da expressão de confiança dos subordinados com o chefe, sendo o discurso amoroso manifestado pelo fascínio e pela sedução;
- f. por saturação: “caracterizado pela repetição infinita de um único texto”, em uma situação de um poder sem projeto, que uniformiza e monopoliza o discurso e a censura, retirando dos grupos e dos indivíduos sua voz e sua existência e tornando-os apáticos;
- g. pela dissuasão: ocorre através da “instauração de um aparelho de intervenção” que funciona pela ameaça do uso da força, por demonstrações de domínio dos aparatos coercitivos sem necessidade de utilizá-los.

Esta classificação sugere, como se pode perceber, que as formas de controle social podem ser agrupadas em dois níveis, não excludentes. As formas que atuam no nível objetivo e as que atuam no nível subjetivo (referentes ao subjetivo propriamente dito, ao intersubjetivo e ao inconsciente). As que atuam no nível objetivo decorrem de formalizações de procedimentos tidos como referentes ou aderentes à realidade substantiva instituída. As que atuam no nível subjetivo decorrem do que não pode ser expresso, do lado obscuro das organizações e das relações que as constituem e que nela se reproduzem nos bastidores e no que não pode ser compartilhado.

A classificação proposta parece, contudo, sugerir que toda a organização é uma forma de dominação de um grupo minoritário sobre os demais grupos que a constituem.

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O chamado controle democrático, por exemplo, na forma em que se encontra expresso, supõe uma democracia das elites, o que indica que não existe alternativa de construção de controle ampliado por parte dos produtores associados. Se é correto afirmar que a forma democrática permite legitimar, pelo disfarce dos processos de escolha baseados no voto e na representação, as estruturas dominantes, também é correto afirmar que esta não se constitui na única e definitiva forma de democracia.

Partindo das sugestões propostas e considerando as argumentações apresentadas já no início a respeito das dimensões do controle, é possível construir uma classificação mais adequada aos objetivos deste trabalho. Inicialmente, as formas de controle serão mais precisamente definidas se denominadas de *formas de controle psicossocial*, na medida em que esta denominação incorpora as quatro dimensões: individual, grupal, organizacional e social. Neste sentido, as formas de controle psicossocial podem ser classificadas em:

- a. física: tem por base o domínio do corpo do indivíduo ou do grupo social, agindo através da violência, da exploração, de toda a sorte de concessões ou de impedimentos, de permissões e de proibições, de definição de (ocupação de) espaços e de movimentos, de delimitação de tempo e de natureza do trabalho. O controle físico se encontra na divisão social e técnica de trabalho, na vigilância, nas formas de relacionamento social (trajes, atitudes, posturas) e no desempenho;
- b. normativa: refere-se ao conjunto de regras, normas e dispositivos formais e às regulamentações não explicitadas mas entendidas pelos sujeitos como definidoras de condutas que regem a ordem organizacional. O controle normativo define tanto os procedimentos burocráticos, com suas atribuições de autoridade e responsabilidade, como as convenções que geram obediência e aceitação por imposição de natureza moral ou defensiva;
- c. finalística ou por resultados: refere-se ao controle que busca garantir o cumprimento da finalidade econômica e política da organização, sua ação material, seus resultados, através do estabelecimento de metas e objetivos e da criação de compromissos, especialmente aqueles que configuram sentimentos de cumplicidade;
- d. político-ideológica: refere-se à busca da legitimidade da ação, através da construção e da manutenção de ideologias e de procedimentos tidos como éticos, seja pelo envolvimento do conjunto dos participantes no processo decisório, seja pelo estabelecimento de sistemas de comando centralizados ou representativos. O controle político-ideológico é evidenciado nas formas de definição das estruturas de gestão (inclusive no que se refere à composição dos cargos e funções administrativas), nos encaminhamentos dos planos e das estratégias de ação;
- e. simbólico-imaginária: diz respeito aos processos de adesão imaginária, ao desenvolvimento de modelos de comportamentos tidos como referências,

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

às formas de competição interna, às crenças e suposições concretas ou fictícias, às adesões representadas por reconhecimento ou prestígio, à instauração de aparelhos de intervenção que funcionam pela ameaça do uso da força e por demonstrações de domínio dos aparatos coercitivos sem necessidade de utilizá-los, pelos discursos conciliadores, pela valorização de símbolos representativos de sucesso ou de fracasso os quais devem guiar as atitudes esperadas;

- f. por vínculos: refere-se à concepção de um projeto social comum, atuando através de contratos formais ou psicológicos, dos interesses e das necessidades, do amor, da ternura, da libido, da identificação subjetiva ou inconsciente, da expressão de confiança nos desígnios da organização, das transferências egóicas e do fascínio;
- g. por sedução monopolista: caracterizado pelo discurso único, pela coesão primária (grande família, colaboradores), pela realização de um poder sem projeto, que uniformiza e monopoliza o discurso e a censura, retirando dos grupos e dos indivíduos sua voz e sua existência e tornando-os apáticos, submissos, conformados ou totalmente crédulos e confiantes na condição monopolista dos dirigentes enquanto detentores das melhores alternativas de condução da organização.

Esta classificação das formas de controle psicossocial não pretende esgotar o tema do controle nas organizações, mas apenas sistematizar as diversas abordagens para efeitos de análise. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que cada uma das formas sugeridas possui conteúdos objetivos e subjetivos, que atuam simultaneamente. Esquemáticamente, pode-se considerar que as relações entre as formas e os níveis tenham a configuração apresentada no Quadro 01, adiante. Tal configuração possui apenas um caráter de exposição formal e as indicações são exemplares e apenas ilustrativas, pois não se trata, na realidade, de uma divisão e de um ordenamento operacional da dinâmica do controle psicossocial nas organizações, na medida em que as formas e os níveis se encontram em interação contraditória e complementar, constituindo as relações de poder nas organizações.

**ECONOMIA POLÍTICA DO PODER:
OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

QUADRO 01: FORMAS E NÍVEIS DE CONTROLE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

Formas de Controle/ Níveis	Objetivos	Subjetivos
<i>Física</i>	Divisão do trabalho, horário, limitação de movimentos, adestramento.	Atitudes/comportamentos, sofrimentos psíquicos fisicamente somatizados
<i>Normativa</i>	Normas, regulamentos, regras.	Recalque, valores assimilados.
<i>Finalística ou Por resultados</i>	Metas, resultados, objetivos.	Compromissos, sentimentos de cumplicidade.
<i>Político-ideológica</i>	Participação na decisão, estrutura de gestão, definição de estratégias.	Envolvimento, comprometimento.
<i>Simbólico-imaginária</i>	Modelos de ação, competições internas, prestígio, atitudes esperadas.	Fantasia; projeções inconscientes, suposições de desempenho.
<i>Por vínculos</i>	Projeto social comum; contrato; interesse; necessidade objetiva.	Identificação inconsciente; relações amorosas (libidinais), sentimento de pertença, transferência egóica ou do aparelho psíquico.
<i>Por sedução monopolista</i>	Políticas integradoras de gestão de pessoas; atividades sociais e recreativas.	Submissão, conformação, credulidade no saber dos dirigentes.

É precisamente nesta direção que se desenvolve o esquema teórico-metodológico denominado Economia Política do Poder enquanto expressão da Teoria Crítica nos estudos das organizações, com a finalidade de investigar os processos de controle psicossocial nelas presentes, inscritos nas relações de poder que se lhes atravessam como seus elementos constitutivos e estruturantes, a partir de perspectivas manifestas e ocultas. Em estudos anteriores (FARIA, 1985, 1987, 1997), foi sugerido que as relações de poder e de controle social nas organizações resultam de um amálgama, às vezes paradoxal e contraditório, entre o que pode ser manifesto e o que somente opera na obscuridade. No entanto, o que se tem observado é que os desejos individuais raramente são manifestos de maneira original. Desejos, sentimentos, percepções e concepções em geral são transferidos para o nível coletivo para ali tentar encontrar seu lugar de realização. Quantas políticas, deliberações coletivas ou estratégias não são definidas, por exemplo, a partir de sentimentos não manifestos (VENTURA, 1998), tornando-se vontade organizacional? Este fato exige que se recubra o campo de estudos organizacionais de outra forma, que não apenas a que identifica o que já se encontra manifesto ou instituído.

Embora não seja recente este é um tema ainda em aberto, a exigir maior refinamento investigativo, incorporando correntes teóricas novas ou buscando conciliar antigas. Isto se deve, basicamente, ao fato de que são cada vez mais presentes, tanto em congressos acadêmicos quanto na mídia, considerações sobre o que vem acontecendo com as pessoas no mundo contemporâneo: falta de solidariedade, tolerância com as

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

injustiças, violência, comportamentos individualistas, ausência de atitudes éticas, práticas ou convivência com práticas de corrupção. Tais fatos, no entanto, não estão somente a ocorrer nas ruas ou nas organizações políticas, como parece ser a ênfase das notícias. Estão ocorrendo no interior das organizações de todos os tipos, desencadeadas e motivadas por fatores os mais diversos. É de se supor, assim, que a vida nas organizações seja insuportável? Que os sujeitos não consigam conviver com os estresses físicos e psicológicos destas investidas? Que o sofrimento deva ser considerado não apenas natural, como institucionalizado? Que todo controle, enfim, seja necessário para colocar ordem na casa?

Na perspectiva da Economia Política do Poder interessa mostrar como estas formas de controle psicossocial intervêm nos processos e relações de trabalho, na gestão e nas articulações político-estratégicas das organizações, para o que se faz necessário observar oito ordens de fatores:

- a. as instâncias ocultas e manifestas não são excludentes e independentes. Há mútua interação entre ambas, o que lhes confere suas formas e suas dinâmicas;
- b. o conjunto das categorias de análise inicialmente proposto poderá ser ampliado na medida em que o campo teórico do estudo for se tornando mais estruturado e consistente;
- c. as organizações devem ser analisadas a partir de instâncias ou níveis de análise;
- d. o conceito de controle social recobre o conjunto da vida em sociedade em todos os seus aspectos (econômicos, jurídico-políticos, ideológicos, sócio-culturais e psicossociológicos);
- e. as organizações a que aqui se refere são aquelas ditas formais ou estáveis, independentemente de sua natureza, finalidade e tamanho;
- f. as formas de análise utilizadas (o fundamento metodológico) são aquelas decorrentes de depoimentos espontâneos ou provocados e de intervenções, garantido o conjunto de seus significantes e significados, bem como de recursos empíricos usuais (entrevistas, questionários, observações, dados secundários, etc.). Trata-se de um tema, entretanto, que não pode ser totalmente submetido a modelos quantitativos, exigindo que sejam superadas as restrições e reduções impostas, neste caso, pelo seu uso;
- g. o contexto do estudo, seu corte ambiental, é o da globalização, com todas as suas características.

Entende-se por instâncias obscuras (ocultas, inomináveis ou não compartilhadas), as formas de comportamento dos sujeitos ou atitudes que o mesmo toma, baseadas no funcionamento psíquico, nos fenômenos inconscientes e nos desejos. As instâncias manifestas são aquelas que se encontram no contexto organizacional, tais como as técnicas de gestão, as estruturas, o processo e a organização do trabalho, as estratégias e os discursos (falados e escritos) oficiais. No primeiro caso, encontram-se as relações

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

imaginárias, os símbolos, os mitos, os medos, a libido, as fantasias, as projeções, etc. No segundo caso, as regras, os procedimentos, a hierarquia, a autoridade, os deveres do cargo, etc. As complexas relações entre estas duas instâncias é que vão dar operacionalidade às formas de controle social já descritas.

Para estruturar as investigações é necessário, então, integrar as formas de controle com as instâncias de análise. Para tanto, toma-se emprestado de Enriquez os níveis de análise das organizações, conforme sugere o Quadro 02, a seguir, ao mesmo tempo em que se considera que esta matriz deve ser abordada levando-se em conta as instâncias econômicas, jurídico-políticas, ideológicas e sócio-culturais.⁴ Os níveis de análise, sugeridos por Enriquez (1997), são:

- a. mítico: diz respeito à ordem legitimadora da origem e do funcionamento da organização, à unificação dos pensamentos e comportamentos, à mobilização, às expressões das projeções, à tradução dos desejos e à adesão;
- b. social-histórico: refere-se à construção social da organização, à sua trajetória, às suas transformações e evoluções e ao seu projeto de desenvolvimento;
- c. institucional: é onde se expressam os fenômenos do poder e seus corolários, as normas explícitas e implícitas, cuja função é a de orientação e do modo de regulação social com o objetivo de manter a organização e de assegurar sua duração e transmissão;
- d. organizacional: é a modalidade específica e transitória de estruturação da instituição, na medida em que lhe dá sentido concreto, através da divisão do trabalho, da autoridade, das relações de força cotidianas, das tarefas, das metodologias, da tecnologia, dos procedimentos;
- e. grupal: é o lugar privilegiado para a compreensão dos fenômenos coletivos, onde se expressam os sentimentos, as ambivalências, as relações afetivas, os sistemas de valores, os desejos, sendo assim um lugar da ação e ao mesmo tempo um lugar dos refúgios, um sítio protetor contra os perigos;
- f. individual: refere-se à ação do indivíduo na construção social, à suas condutas, aos papéis que ocupa ou desempenha, ao comportamento dos indivíduos capazes da ação, às posições normais e patológicas (paranóia, manipulação, megalomania, perversidade, sedução, histeria);
- g. pulsional: refere-se ao processo dinâmico, cuja dualidade que faz a organização tender para seu objetivo (pulsão de vida) ou afastar-se dele (pulsão de morte). Aqui se percebe como as organizações explicitam seu compromisso com a pulsão de vida (eficiência, dinamismo, mudança, coesão

⁴ Esta proposição já foi utilizada em uma pesquisa em uma indústria metal-mecânica (HOPFER, 2002) e está sendo empregada na análise de uma organização voltada à logística (LEAL, 2002), em uma organização de serviços hospitalares (SOBBOL, 2002) e em uma indústria do setor eletroeletrônico (SCHIMITT, 2002).

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

e harmonia), mas adotam procedimentos que favorecem a pulsão de morte (repetição, manutenção, inércia, impedimentos à crítica, a exclusão).

QUADRO 02: FORMAS DE CONTROLE SOCIAL E NÍVEIS DE ANÁLISE NAS ORGANIZAÇÕES

Formas de Controle/ Níveis de Análise		Mítico	Social- Histórico	Institucional	Organizacional	Grupal	Individual	Pulsional
<i>Física</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Normativa</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Finalística ou Por Resultados</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Político- ideológica</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Simbólico- imaginária</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Por vínculos</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							
<i>Por Sedução Monopolista</i>	<i>E. Obj.</i>							
	<i>E. Subj.</i>							

3 Economia Política do Poder:

Os Fundamentos Epistemológicos da Teoria Crítica nos Estudos das Organizações

As formas de organização do mundo contemporâneo só podem ser compreendidas como resultados de um processo histórico, em todas as suas instâncias. Muitos podem ser os enfoques e variadas as abordagens analíticas a que podem recorrer os pesquisadores no sentido de investigar de que maneira estas formas de organização ocorrem nas diversas sociedades e quais seus reflexos na vida da social e organizacional, em diferentes aspectos. Economia Política do Poder é um esquema que se propõe a dar suporte teórico-metodológico ao estudo das organizações a partir da perspectiva das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de poder com o objetivo de analisar sua anatomia. Resumidamente, Economia Política do Poder é uma concepção teórico-metodológica que procura englobar a concepção da economia, da política, da

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

sociedade e da ideologia, a partir da Teoria Crítica, à concepção psicossociológica do sujeito e dos grupos sociais. A definição da Economia Política do Poder como um esquema teórico-metodológico remete a uma construção epistêmica e não a uma metodologia propriamente dita, pois que se trata de uma estruturação analítica que procura recobrir os diversos campos em que se fundamenta a vida organizacional e não uma forma de vê-la, o que significa que pelo menos duas instâncias não excludentes devem ser atentamente observadas: a do conhecimento e a teórico-metodológica.

Do ponto de vista do conhecimento, a Economia Política do Poder é uma concepção dialético-interacionista que não abdica dos fundamentos metodológicos da ciência. De fato, o processo de elaboração teórica exige a observância dos rigores metodológicos. Neste sentido, entende-se, aqui, que a metodologia a ser adotada em uma investigação científica é dada não só pelas próprias condições do sujeito pesquisador, como pela própria natureza do objeto de pesquisa, ou seja, não existe uma metodologia padrão que se aplicaria a qualquer objeto em quaisquer circunstâncias. Para que o momento da apreensão teórica seja apropriado, convém fazer uma rápida formulação das condições presentes neste processo.

Todo o sujeito possui estruturas cognitivas e estruturas afetivas, as quais são constituídas de esquemas cognitivos e esquemas emocionais (conscientes e inconscientes). De acordo com Piaget (1975; 1976), esquemas são modos de reação passíveis de serem generalizados de uma ação a outra e constituem a principal fonte dos conceitos. Os esquemas possibilitam a adaptação do sujeito ao meio, a qual se dá através de seus mecanismos constituintes: a assimilação (ação do sujeito sobre o objeto) e a acomodação (ação do objeto sobre o sujeito). Desde o início, as estruturas mentais alicerçam tanto a formação quanto o funcionamento dos esquemas. Assim, as estruturas são modificadas pelos novos esquemas, ou seja, se reestruturam, em um movimento permanente, dinâmico e dialético, no qual contradições e paradoxos ocupam seus lugares, pois não se trata de um percurso linear.

Desde seu nascimento, o sujeito possui uma forma de funcionar, dada por sua condição humana. Em seu início, na constituição do indivíduo, este padrão de funcionamento, descrito pela Neurobiologia dos Processos Mentais e do Comportamento como sistemas neurais organizados (BUSS, 1999; DAMÁSIO, 1999), obedece a princípios gerais e a estruturas próprias do mapa genético, constituindo os primeiros atributos e capacidades individuais. Esta forma, portanto, determinará o ponto de partida da constituição das estruturas por um processo organizado de adaptação, de sorte que o sujeito, ao longo de seu próprio desenvolvimento, assimila o que lhe é fornecido pelo ambiente (age sobre o objeto), acomoda este conhecimento (ajeita a ação do objeto sobre suas estruturas), torna a assimilar e acomodar em um movimento contínuo, o qual forma e renova os esquemas, estabelece relações entre os mesmos, ampliando e aprimorando cada vez mais as estruturas da inteligência. Assim, as estruturas, constantemente renovadas, ao mesmo tempo em que formulam e geram informações, concepções e conceitos, processam, controlam e compartilham informações fornecidas pelo real, pelo

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

simbólico e pelo imaginário, constituindo desta maneira o fundamento do comportamento exibido e da sua compreensão. Gradativa, dinâmica e contraditoriamente o desenvolvimento do sujeito depende de sua condição de internalizar e se apropriar em suas estruturas cognitivas e afetivas das interações que é capaz de formular conscientemente ou que lhes são inscritas inconscientemente; dito de outro modo, as possibilidades de adaptação (assimilação e acomodação) são geradas por interações processadas no interior das estruturas mentais.

O desenvolvimento das estruturas cognitivas e afetivas se dá sempre em um processo no qual estas se ampliam e se flexibilizam. A formação das estruturas está condicionada à maturação orgânica do sujeito (nervosa, endócrina), à transmissão social (convenções, valores, códigos, afetos, costumes), à experiência (física e lógico-matemática) e à equilíbrio (dinâmica e dialética). Estes compostos das estruturas não são elementos presentes apenas no aparato consciente-racional, permanecendo escondidos no inconsciente. Para Piaget (1973:33-46), não existem dois domínios, o do consciente e do inconsciente, separados por uma fronteira, mas um único, do qual, mesmo nos estados mais lúcidos, só se percebe uma pequena parte, a qual escapa quase que totalmente quando já não se a controla de perto. Isto torna a análise do conhecimento, que o sujeito possui e que expressa, e das experiências, que acumula, uma tarefa que exige extremas cautelas.

De acordo com Piaget (BATTRO, 1978), existem dois tipos básicos de experiência. A experiência física refere-se à interação do sujeito com o real a partir das propriedades do real. Interação na medida em que o sujeito só pode se relacionar com o real enquanto uma ação própria que tem por suporte os esquemas constituintes da estrutura. Aqui, com seus esquemas, o sujeito realiza uma abstração do real de acordo com as propriedades deste e com os esquemas de apreensão daquele. A experiência lógico-matemática refere-se a uma abstração decorrente da ação do sujeito sobre o real, ou seja, decorrente das propriedades da ação do sujeito. Em ambos os casos, o sujeito é sempre e necessariamente ativo na relação com o real, de forma que não é o real que determina a percepção do sujeito e sua interpretação (o que seria uma concepção cartesiana e positivista), e tampouco a percepção do sujeito que determina a forma do real (como supõem a metafísica kantiana, o idealismo hegeliano, a fenomenologia husserliana e heideggeriana e seus derivados, tais como a compreensão e os tipos ideais) como sugere o chamado esquema interpretativo, que entende que o sujeito interpreta o real e age sobre o mesmo, mas a relação do sujeito com o real: ação e pensamento (a práxis) constituem a percepção inteligente.

As estruturas do sujeito e o real não são estáticos. Ambos estão em constante movimento, de forma que a percepção do sujeito sobre o real varia conforme se desenvolvem suas estruturas e seus esquemas e conforme se processa a dinâmica do real. A percepção do objeto, a elaboração intelectual sobre o mesmo, com suas classificações, ordenamentos e concepções, não se trata ainda de teoria, mas de conhecimento. Conhecer é agir sobre a realidade ou sobre dados abstratos e integrá-los às próprias estruturas,

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

enquanto a teoria exige outros requisitos. A relação primeira que o sujeito tem com o objeto de seu conhecimento pode ser apenas uma aproximação precária, sem que se processe uma relação de elaboração sobre o mesmo e sobre o próprio pensar. O objeto precariamente percebido o será, mesmo assim, a partir da ação do sujeito, com as estruturas que o mesmo possui. Da aproximação precária para a construção de um objeto elaborado, o sujeito necessitará refletir sobre sua percepção tanto quanto sobre o seu pensar. Para elaborar teoria o sujeito necessita seguir procedimentos reconhecidos pela ciência.

De fato, um primeiro contacto do sujeito com o objeto, esta aproximação precária, se dá pela ação do sujeito (com suas estruturas) sobre o objeto, o qual, contudo, neste nível da relação, aparecerá para o sujeito apenas com sua aparência mais imediata: a informação que o sujeito retira está na forma manifesta do objeto. Nesta fase ocorre a percepção primária, na qual sujeito e objeto estabelecem uma relação frágil, em que a ação intelectual, a inteligência, é pouco exigida. Se toda a relação encerrasse aí, o sujeito teria apenas tido informações acerca do objeto, mas não consciência do mesmo e de sua ação sobre ele, já que a tomada de consciência é uma reconstrução e, deste modo, uma construção original que se superpõe à construção devida à ação.

Se o sujeito reflete sobre o objeto e sobre sua ação relacionada ao mesmo, se há uma ação e uma reflexão (se há uma práxis), o objeto não se dá a conhecer mais ao sujeito em sua aparência imediata, pois que se trata, agora, de um objeto elaborado e, como tal, resultante da atividade do sujeito. Nesta fase ocorre a percepção secundária. O sujeito, neste sentido, pode conceituar, descrever, organizar, classificar, enfim, pensar sobre o objeto e sobre sua ação, elaborar seu conhecimento, o que afetará seus esquemas e as relações entre eles e que constituem as estruturas, as quais também afetarão a percepção do objeto, em um processo dinâmico.

Para que o objeto elaborado ou apreendido possa se transformar em objeto teórico, em objeto construído segundo as regras da ciência, há um percurso que é necessário seguir e ao qual o sujeito deve submeter sua ação, seu fazer. Isto não significa, entretanto, a submissão do pensamento ao método, sob pena de reduzir a teoria a uma simples reprodução condicionada externamente. O método guia o sujeito em sua relação com o objeto, mas não pode lhe limitar os movimentos. Deste modo, partindo de relações do sujeito com o objeto e do avanço proporcionado pela própria ciência no domínio conceitual, vai sendo possível elaborar abstrações cada vez mais sutis, as quais suscitarão a definição de categorias analíticas. Como já observara Marx (1974:38-39),

“O concreto é concreto já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. Para o pensamento constitui um processo de síntese e um resultado, não um ponto de partida. É para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da percepção e da representação. No primeiro caso, a concepção plena dissolve-se em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento. (...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento a forma de se apropriar do concreto, ou seja, o modo de o reproduzir sob a forma de concreto pensado”.

Estas considerações indicam precisamente que a proposta teórico-metodológica apresentada fundamenta-se em uma condição em que tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado estão em movimento e, portanto, em uma condição em que ambos se constroem durante a trajetória da investigação. A percepção do sujeito pesquisador e sua condição de interpretação do real movem-se à medida que investiga; ao mesmo tempo, move-se o real, que não apenas fornece ao investigador novos elementos como revela a essência dialética dos seus elementos constitutivos: sujeito e objeto não se constituem em uma unidade, mas interagem dinâmica e contraditoriamente. A realidade, seja a histórica, seja a distante, independe do sujeito pesquisador específico, mas não é externa a ele, ainda que com ele não se venha a confundir. Se o sujeito e o objeto fossem uma unidade, uma única e mesma coisa, tanto o sujeito seria redutível ao objeto como este ao sujeito e, assim, toda a realidade seria plenamente cognoscível em quaisquer circunstâncias. A realidade existe conscientemente para o sujeito pesquisador quando o mesmo interage com ela e esta interação se dá por um processo no qual o pesquisador percebe o real segundo um esquema de assimilação e acomodação que lhe é próprio, construído ao longo de seu desenvolvimento cognitivo e de suas relações sociais. Ao mesmo tempo em que se dá esta percepção, desencadeia-se uma re-elaboração da leitura do real, pois quanto mais se aprofunda a interação dialética sujeito-objeto, mais este é dado a conhecer àquele, de forma que o sujeito pode cada vez mais dominar o objeto, mesmo sabendo que este domínio esteja indicando o quanto o objeto é ainda desconhecido para o sujeito. Deste modo, há um ponto em que o sujeito pesquisador entende ter alcançado o limite possível, objetivo e subjetivo, da sua investigação, operando um corte em suas dúvidas, corte sempre necessariamente arbitrário, embora justificado teórica e metodologicamente, e jamais definitivo.

Cabe aqui ainda uma observação importante sobre a relação do sujeito com o real e com suas expressões. Tratando-se de uma proposta que também se debruça sobre o imaginário e sobre as ideologias, não há como deixar de observar que, como já notara Marx e Engels em sua famosa crítica à ideologia alemã e Castoriadis em seu clássico estudo sobre a instituição imaginária da sociedade, a ideologia produz seu próprio esquema de interpretação, de dissimulação, de justificação, de divulgação e de renovação. Assim, para se conferir um sentido aceitável ao par ciência-ideologia, é necessário observar, com Ricoeur (1990:92-5), que: (a) “todo o saber objetivante” sobre a “posição na sociedade, numa classe social, numa tradição cultural, numa história, é precedido por uma relação de *pertença* que jamais poderemos refletir inteiramente”; (b) se o “*saber objetivante* é sempre segundo relativamente à relação de *pertença*, não obstante pode constituir-se numa *relativa autonomia*”, pois o “momento crítico que o constitui é fundamentalmente possível, em virtude do fator de *distanciamento* que pertence à relação de historicidade”; (c) a crítica das ideologias, fundadas por interesses específicos, “jamais rompe com seus vínculos com o fundo de *pertença* que a funda. Esquecer esse vínculo inicial é cair na ilusão de uma teoria crítica elevada ao nível do saber absoluto”; (d) se o saber pode se distanciar da ideologia, esta é sempre um código de interpretação, pois

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

não existem “intelectuais sem amarras e sem ponto de apoio”. Nada é mais necessário, atualmente, que a renúncia à arrogância para que se possa empreender “com paciência, o trabalho incessantemente retomado do distanciamento e do assumir de nossa condição histórica”. Cabe, portanto, ao sujeito pesquisador compreender que o distanciamento possível de sua vinculação ideológica jamais irá lhe conferir neutralidade axiológica e que o saber que se pode produzir carrega consigo os vínculos iniciais.

Com este sentido, para a Economia Política do Poder o real é o que de fato existe, mesmo que esta existência se opere apenas no plano das idéias ou das emoções e não represente o concreto compartilhado. As fantasias, as ilusões, os mitos, o imaginário, as sensações, ainda que não encontrem correspondência no concreto, existem para o sujeito como sua realidade (ainda que dela não tenha plena consciência) e, como tal, são reais. Nem sempre um real objetivado ou passível de compartilhamento, mas não menos importante na definição da ação concreta dos sujeitos. Uma parte desta realidade, pelo fato de não poder ser compartilhada ou por não ser referenciada a uma inteligibilidade, tem sido considerada como não pertencente ao plano do real. Entretanto, a psicossociologia e a psicanálise já demonstram que o que não pode ser compartilhado e o que existe no inconsciente intervém na ação e no pensamento. É por considerar que as fantasias, os mitos, as emoções, não têm significado real, que a razão instrumental só pode tomar o real como significação pensada do concreto e, ao fazê-lo, minimiza ou nega a importância da intersubjetividade na ação do sujeito. Uma das mais insistentes objeções à Teoria Crítica refere-se à sua pretensão de juntar Marx e Freud em um mesmo plano epistemológico. Entretanto, do ponto de vista da Economia Política do Poder, para a teoria a questão central não é o quanto o pensamento real corresponde ao concreto visível ou compartilhado, mas o quanto corresponde à ação do sujeito, pois se as relações que o sujeito é capaz de elaborar incluem elementos que não representem totalmente o concreto, isto não deve significar que estas inclusões estejam ausentes da sua ação e dos seus conceitos.

Existe uma concepção, que embora equivocada não é tão incomum quanto de pensa, segundo a qual a “verdadeira” ciência seria aquela praticada em “laboratórios”, de maneira que as ciências humanas e sociais não preencheriam tal requisito. Este equívoco decorre de uma leitura epistemológica reducionista que considera a pesquisa apenas em sua versão empirista ou positivista, de inspiração cartesiana, na qual se enfatizam testes, repetição de experimentos e relações causa-efeito. Por conta desta concepção, alguns cientistas sociais buscam, igualmente, desenvolver modelos mensuráveis da realidade capazes de conferir uma neutralidade axiológica em suas investigações. Desta forma, todo tipo de pesquisa que não siga estes cânones seria considerada ou não confiável ou, simplesmente, não científica. É necessário, neste sentido, defender a tese de que é necessário deixar o objeto de pesquisa falar, para definir a metodologia adequada à sua apreensão, sob pena de se impor ao objeto o modelo de sua interpretação.

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Como afirma Adorno (...), uma explicação, por mais simples, coerente e matematicamente elegante que seja, é inadequada quando o objeto que investiga não é, eles mesmos, coerentes, simples e neutros, que possa ser apreendido ou por uma estrutura categorial apriorística, ou por uma descrição acrítica. O objeto é, ao mesmo tempo, determinável e contraditório, sistemático e irregular, natural e mediado pela consciência, de maneira que o zelo purista que investe contra a contradição acaba por afirmar uma contradição entre a estrutura do método e a estrutura do objeto. O método não é indiferente ao objeto e tampouco depende do ideal metodológico e sim da coisa que é investigada. Isto não significa que o objeto e que os fatos sejam a realidade última, na qual se encontraria o fundamento do conhecimento, pois os fatos são, eles mesmos, mediados pela sociedade. Os fatos não existem a partir da idéia e tampouco a idéia a partir dos fatos, mas da interação dialética entre ambos, do que decorre que toda metodologia e teoria que se apresentam diante dos fatos antes mesmo de conhecê-los, apenas os interpretarão segundo esquemas previamente definidos e independentes da natureza dos fatos; do mesmo modo, toda a teoria que só é formulada exclusivamente a partir dos fatos, sem que um primeiro esquema de apreensão seja definido, apenas os descreverão e o farão de tal modo que, ao final, o que pretendia ser uma investigação objetiva dos fatos resulta em uma apreciação marcada pela subjetividade do pesquisador. Em ambos os casos, o que realmente importa não é a teoria, mas sua funcionalidade instrumental.

Para a Economia Política do Poder, qualquer investigação científica possui quatro limites não excludentes:

- a. o sujeito pesquisador: refere-se à falta de sensibilidade, de conhecimento ou de condições internas do sujeito em sua relação com o objeto investigado, de maneira que o sujeito nem sempre percebe o que o objeto fala, seja por uma questão de estrutura do pensamento, seja por uma limitação funcional, seja por uma dificuldade emocional. A experiência pode conferir melhores condições de análise, maior capacidade de leitura do real e de estabelecimento de relações, mas não existe uma correlação exata entre experiência e percepção. Todos os sujeitos pesquisadores, em diferentes graus, possuem este limite, que é próprio da condição humana;
- b. a realidade investigada: refere-se ao fato de que a realidade não se revela totalmente ao pesquisador. Marx já observava que se a aparência dos fenômenos fosse igual à sua essência, não haveria ciência. As inúmeras relações que constituem o real não são visíveis todo o tempo, de forma que por mais profunda e exaustiva que seja uma análise, ainda assim existirão elementos que a constituem que não são percebidos. Tal limite pode ser acentuado ou reduzido pela superação dos demais limites referidos;
- c. a base teórica e metodológica: refere-se às restrições do acúmulo teórico disponível e das metodologias para a apreensão do real. Toda a teoria é uma redução da realidade investigada ao plano abstrato, ao processo de pensamento. Como sugeria Spinoza, o conceito do cão não é o cão, ou seja,

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

a realidade não pode ser inteiramente transposta para o plano do pensamento, de modo que a teoria é mesmo uma redução interpretada do real. Para favorecer teorias e metodologias que mais se aproximem da realidade investigada é necessário que o objeto da investigação possa falar e não simplesmente ser falado, ou seja, que haja uma interação entre o sujeito e o objeto;

- d. o instrumental:⁵ refere-se à interposição, entre o sujeito pesquisador e o objeto investigado, de mecanismos de leitura da realidade, particularmente aos instrumentos físicos que permitem ao pesquisador observar o que naturalmente não conseguiria (telescópio, microscópio, aparelhos de medição, simuladores, etc.) e aos instrumentos funcionais (linguagem, estrutura comunicativa), que impedem a expressão das relações existentes. No primeiro caso, o desenvolvimento tecnológico tem facilitado de forma extraordinária a pesquisa que depende de instrumentos físicos, mas ainda não consegue dar conta de todas as necessidades. Enquanto, por exemplo, a modelagem matemática sugere a existência de outros sistemas solares, o mais avançado telescópio disponível apenas recentemente identificou um único caso que guarda semelhança ao nosso. No segundo caso, apesar da dinâmica da linguagem, determinadas abstrações não encontram expressões adequadas para apreendê-las.

Destes limites decorre outra questão: a da razão objetiva capaz de organizar, sistematizar e comunicar o conhecimento. A razão refere-se ao domínio do pensamento, à condição de elaboração, de estabelecimento de relações, de apreensão lógica das estruturas e do funcionamento formal. A forma de constituição da razão objetiva e sua expressão resultam não apenas do consciente compartilhado, mas igualmente do inconsciente, do intersubjetivo. Mesmo que a razão desconheça suas motivações, não se pode deduzir, daí, que as mesmas não existam e que não interferem no ato de investigar e na elaboração do pensamento objetivo.

Se cada circunstância, de fato, pudesse reivindicar uma verdade axiologicamente neutra, nenhum código seria produzido, nenhuma sociedade seria organizada e nada seria instituído. Isto não significa que, uma vez definidas, as verdades teóricas, assim como os princípios de conduta se tornem imutáveis. De fato, como analisa Engels (1979), em sua crítica ao Senhor Düring, *“se o produto do exercício do pensamento pudesse reivindicar a validade soberana das verdades, a sociedade alcançaria um nível tal que se teria esgotado a infinidade do mundo intelectual. Se tudo já estivesse pronto, nada mais haveria a produzir. Se tudo já se soubesse, nada mais haveria a investigar”*. As formas de olhar a realidade dependem do esquema epistemológico, teórico e metodológico da investigação. Não existem esquemas melhores ou piores, apenas diferentes. A escolha

⁵ Nas ciências humanas e sociais, os instrumentos de investigação confundem-se com as metodologias.

de um esquema determina os limites e as possibilidades da investigação. Entretanto, é interessante verificar que mesmo em situações que se caracterizam pela renovada produção intelectual e pela permanente investigação também acabem emergindo axiomas, definitivos e inapeláveis, dos quais se extraem as deduções da existência humana, do poder-ser e do dever-ser. E é oportuno notar que justamente aí é que alguns pesquisadores asseguram, em suas exposições, que só a sua concepção é aceitável, que tudo o mais é equívoco e, tal qual observa Engels, como profetas recém saídos do forno, trazem em sua mochila, pronta para ser posta em circulação, a única verdade e a eterna justiça.

Por fim, é necessário observar, também, que o teor específico sobre o qual se encontra fundamentado a Economia Política do Poder, ou seja, o objeto de análise, são as organizações formais ou estáveis e as de pertença, em suas múltiplas interações e em suas formas recentes de estruturação no mundo contemporâneo. O objetivo dos estudos nessa linha, apontado no início, sugere que se deve analisar estas organizações nos limites da sociedade contemporânea de modernidade tardia, marcadas pelo globalismo. Ainda que se reconheça que este esquema proposto possa ser utilizado para análises organizacionais em ambientes não afetados pelo globalismo, é neste ambiente que este tipo de estudo deve se concentrar, pois é nele que estão mais visíveis as contradições presentes.

4 As Formas de Organização Social: O Objeto de Estudo

Considera-se que existem duas formas básicas de organização social dos sujeitos, conforme esquematizado no Quadro 03: as que são predominantemente estruturadas por normas, regulamentos e divisão do trabalho, os quais circunscrevem a garantia da unidade formal ou estável; as que são predominantemente estruturadas por códigos, símbolos, valores e crenças, os quais circunscrevem a garantia dos vínculos. Isto não significa que as primeiras formas não sejam atravessadas por elementos da segunda (códigos, símbolos), que não a componham ou identifiquem, mas que não são estes os que fundamentalmente a definem.

**ECONOMIA POLÍTICA DO PODER:
OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

QUADRO 03: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

FORMAS	BASE	FORMAS DE	
<i>ORGANIZAÇÃO FORMAL OU ESTÁVEL</i>	Baseada em normas, regulamentos e divisão do trabalho.	GES- TÃO	Heterogestão
			Gestão Participativa
			Gestão Cooperativa
			Co-gestão
			Autogestão
<i>ORGANIZAÇÃO DE PERTENÇA</i>	Baseada em vínculos e em elementos portadores de um projeto comum	CONS- TITUI- ÇÃO	<i>Grupos Básicos: naturais e associativos (intencionais e circunstanciais)</i>
			<i>Grupos Sociais e Categorias Sociais</i>
			<i>Classes Sociais (frações, frações autônomas e camadas).</i>

No primeiro caso, encontram-se todas as organizações formais ou estáveis, baseadas na lógica da dominação, de tipos mais simples os mais complexos e com diferentes *sistemas de relações de poder*, os quais comportam formas de gestão, conforme definidas por Faria (1987), e de organização diferenciadas: empresas públicas e privadas, clubes, sindicatos, partidos políticos, órgãos de governo, entre outras. No segundo caso, encontram-se as organizações de pertença, constituídas de grupos e classes sociais, com suas naturezas e subdivisões. As primeiras são chamadas de organizações formais, de acordo com a clássica definição de Blau e Scott (1979), ou estáveis, de acordo com a definição de Enriquez (1997), e são vistas como espaços políticos nos quais se desenvolvem sistemas culturais, simbólicos e imaginários (ENRIQUEZ, 1997). As segundas, chamadas aqui de organizações de pertença, definem-se por vínculos não normativos formais, porém não possuem o mesmo significado e o mesmo estatuto teórico e analítico que o de organizações informais e organizações sociais,⁶ embora se aproxime mais deste último. As organizações de pertença são baseadas em relações interativas, nas quais os objetivos ou os projetos é compartilhado, consciente ou inconscientemente, pelos seus membros, constituindo assim o núcleo do vínculo ou da pertença. Deste modo, as organizações de pertença podem ser transitórias ou duradouras e espontâneas/circunstanciais/casuais ou intencionais/planejadas, de onde se tem as seguintes possibilidades: (a) organizações de pertença espontâneas transitórias: agrupamentos que se constituem ao acaso e que se dissolvem assim que o motivo de sua constituição cessa, como, por exemplo, grupos de ajuda em casos de acidentes; (b) organizações de pertença planejadas transitórias: agrupamentos que se constituem com uma finalidade definida e com passageiro prazo de funcionamento, como, por exemplo, certos grupos de estudos ou de determinado tipo de terapia, grupos ocasionais de solução de problemas, também conhecidos como grupos

⁶ O conceito de organizações sociais aqui referido é o de organização autônoma da sociedade, conforme a clássica proposição das ciências sociais, não devendo ser confundido com o uso que dele foi feito pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente pelo seu Ministro Bresser Pereira.

de trabalho; (c) organizações de pertença circunstanciais duradouras: agrupamentos que se vinculam objetivamente pelo lugar que ocupam no processo de produção das condições materiais de existência a partir dos efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais, assim entendidos, os grupos sociais, as categorias sociais e as classes sociais e suas subdivisões (frações, frações autônomas e camadas); (d) organizações de pertença planejadas duradouras: agrupamentos constituídos a partir de finalidades compartilhadas, sem prazos de esgotamento e não atreladas à tarefas mas a concepções, idéias, necessidades e interesses, como, por exemplo, as famílias, certos tipos de grupoterapia, de organizações político-ideológicas ou de desenvolvimento científico, artístico ou tecnológico.

O que é necessário observar, no sentido exposto, é que os agrupamentos que se constituem para viabilizar determinados interesses e necessidades de seus membros e cujo alcance está limitado por estes interesses/necessidades (família, grupoterapia, grupos de reflexão), independentemente da combinação referida anteriormente, não possuem, em sua origem, os mesmos vínculos que aqueles cujo alcance não se limitam aos interesses/necessidades de seus membros (grupos, categorias e classes sociais), pois pretendem ampliar suas bases e suas relações de poder. Do ponto de vista da natureza, portanto, da constituição e do alcance de suas finalidades, estes dois agrupamentos podem ser denominados, os primeiros, de grupos básicos naturais e associativos casuais/espontâneos/circunstanciais e, os segundos, de grupos sociais ou grupos básicos associativos ou planejados/intencionais.

Este esquema primeiro serve neste momento apenas para delimitar o objeto de estudo da Economia Política do Poder. Em primeiro lugar, os tipos específicos de organização de pertença relativo aos grupos básicos naturais (família, clãs, etc.) e associativos circunstanciais transitórios, embora importantes, não são incluídos no âmbito da análise organizacional proposta. Em segundo lugar, é dada ênfase às maneiras como as organizações de pertença se articulam no interior das organizações formais. Em terceiro lugar, o ambiente constitutivo das relações interativas das organizações e que circunscrevem este tipo de estudo deve ser, como já indicado, o referente ao globalismo ou à fase recente do processo de globalização.

5 O Recente Processo de Globalização: O Ambiente Social da Investigação

Durante os últimos trinta anos o mundo mudou, quantitativa e qualitativamente, provavelmente de forma muito mais rápida do que nos séculos precedentes. Alguns economistas, sociólogos, historiadores, enfim, cientistas sociais, reconheceram e procuraram explicar esta transformação, atribuindo as mudanças ocorridas ao que se convencionou chamar de *revolução tecnológica*. Outros sustentaram a idéia segundo a qual a razão principal das alterações observadas em todas as áreas devia-se à *revolução dos sistemas de comunicação* e às *tecnologias de informação* (LOJKINE, 1995).

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

No início dos anos 90, um conceito passou a ser largamente utilizado na literatura especializada: globalização. De fato, a partir desse conceito um importante grupo de cientistas sociais, em todo o mundo, tenta analisar as mudanças nas bases tecnológicas, a criação de comunidades econômicas - Tigres Asiáticos, União Européia, Nafta, Mercosul -, a divisão internacional do trabalho e as questões sindicais, os novos rumos da história e da cultura (DOWBOR, IANNI e RESENDE, 1998), os problemas planetários e a cultura global (WATERS, 1995), o fim do Estado Nação e a ascensão das economias regionais (OHMAE, 1995), as armadilhas à democracia e ao bem-estar social (MARTIN e SCHUMANN, 1998), as práticas transnacionais (SKLAIR, 1995) e o neoliberalismo e a crise do capital (COGGIOLA e KATS, 1996). Trata-se, assim, de um tema que, por esse ângulo, tem recebido grande atenção. Isto não impede que, na perspectiva da Economia Política do Poder, se formule a tese de que a globalização não é a causa da transformação em curso mas consequência das mudanças que se operam nas relações sociais de produção, razão pela qual é a partir destas que se deve desenvolver a pesquisa e não daquela.

É conveniente, neste sentido, reivindicar uma análise que considere os impactos derivados destas mudanças, ou mais propriamente, do globalismo, enquanto processo recente da organização capitalista, tendo em vista que é desde esta abordagem que se poderão avaliar mais objetivamente as formas de controle psicossocial nas organizações formais/estáveis e as de pertença, ou seja, que se poderá analisar a questão a partir não da globalização, mas das interações que as organizações estabelecem com as transformações que se estão operando no Estado Capitalista Contemporâneo em termos de estratégias de poder, de definição de novos padrões de acumulação de capital e de desenvolvimento das relações sociais de produção, de maneira que se possa olhar para os temas recorrentes exaustivamente estudados de um outro prisma, o qual possa contemplar, por exemplo, aspectos humanos (ENRIQUEZ, 1997; DEJOURS, 1999; MOTTA 2000) ideológicos (ALTHUSSER, 1999; EAGLETON, 1997) e imaginários (CASTORIADIS, 1982), tanto quanto os econômicos, políticos e sociais. Não se trata, neste tipo pesquisa, de estudar a globalização, mas reconhecer as maneiras pelas quais suas configurações intervêm, com seus valores, símbolos, imaginários e mitos, na vida social e psíquica dos sujeitos e, portanto, em suas formulações conscientes e inconscientes nas definições de formas operacionais de controle psicossocial.

Tantos e tão variados estudos sobre organização e poder poderia suscitar a questão de que talvez este seja um tema esgotado. Entretanto, existem pelo menos duas ordens não excludentes de razões que justificam o estudo. A primeira é de natureza teórica, já que recobre o plano epistêmico; a segunda de natureza prática, já que questiona o campo de ação relacionado ao exercício das funções administrativas nas organizações ao criticar os pressupostos que a orientam.

De fato, a literatura sobre o assunto é bastante abrangente e boa parte dela profunda, todavia os estudos ainda não têm considerado a análise das organizações na perspectiva das relações de poder no contexto do globalismo. Assim, a pesquisa acerca do controle psicossocial nas organizações, do ponto de vista da Economia Política do

Poder, considera o globalismo como um processo que decorre das transformações produzidas no interior do desenvolvimento das forças produtivas e, nesse sentido, como resultante do movimento próprio das relações sociais de produção e não como sua causa. Sendo um processo resultante das relações sociais de produção, o globalismo, em uma perspectiva dialética, provoca impactos e gera efeitos sobre tais relações, de forma que se estabelece aí uma dinâmica decorrente de uma dupla determinação cujas conseqüências afetam as condições de produção da vida material em seus vários aspectos. O que há de novo nesta proposição, além dos pressupostos já descritos que se inscrevem em uma Teoria Crítica, é que o foco da análise se dá, como já mencionado, a partir de três fundamentos aparentemente distintos mas que possuem íntima relação: os psicossociais (inclusive os sócio-culturais), os econômicos e os político-ideológicos (inclusive os jurídicos). Tais fundamentos não só não são excludentes, como não podem ser tomados como instâncias particulares.

O recente processo de globalização é a materialização da estrutura sócio-metabólica do capital (MÉSZAROS, 2002) e, portanto, é constituído pelas relações dinâmicas e contraditórias entre o trabalho, o capital e o Estado. Tal materialização, na medida em que decorre destas relações, também a determinam, pois se constituem em seu “invólucro”. Uma questão importante a ser formulada para a compreensão deste processo é: como as mudanças nas relações sociais de trabalho integram as mudanças na economia global conferindo-lhe seu formato atual? A resposta a esta questão é condição para ampliar as investigações sobre a constituição de novas formas de controle psicossocial presentes nas organizações, a partir de perspectivas manifestas e ocultas, que se articulam no interior do atual processo de globalização, tanto do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho, quanto dos problemas sociais decorrentes das transformações que se vem operando no mundo do trabalho.

A questão proposta sustenta-se na constatação de que há em curso um processo de reestruturação produtiva, ou de uma mudança global nas estruturas de produção e de trabalho no capitalismo contemporâneo (AMIN, 1994; BERBEROGLU, 2002; ZIMBALIST, 1979), que ao mesmo tempo em que decorre de alterações no mundo do trabalho, interferem em seu desenvolvimento, ou seja, que há uma interação complexa e contraditória entre os processos de trabalho e de mudanças globais. Estabelecer os nexos e desvendar os impactos desta interação é a finalidade da Economia Política do Poder.

6 Globalismo e Estado:

O Contexto das Formas de Controle Psicossocial nas Organizações

Para os propósitos aqui expostos, pode-se concordar com Waters (1995: 3-4), para quem globalização deve ser definida como um processo no qual os limites geográficos dos arranjos sociais e culturais regridem e no qual a pessoas tornam-se cada vez mais conscientes que tais limites estão regredindo. Este conceito pode sugerir uma concepção

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

determinista em que se admite que há forças operando além do controle humano que estão mudando o mundo. Entretanto, a globalização, de fato, é um processo que se desenvolve a partir das relações sociais e ao mesmo tempo as afeta desde os primórdios da história. Deste modo, pode-se perceber sua evolução com as migrações, com as “descobertas” de novas terras e continentes, com a expansão do comércio e com a colonização, tanto quanto com a contemporaneidade da modernização e do desenvolvimento do capitalismo e com os recentes fenômenos associados a outros processos sociais. O que se destaca nesta fase do processo é a velocidade com que o mesmo se expande, o que acaba por gerar uma certa confusão conceitual entre o mesmo e esta sua particular etapa, especialmente pelo rompimento de valores institucionais, cuja magnitude, contudo poderia ser comparada às “descobertas” de novos continentes ou à revolução industrial.

A globalização indica, resumidamente, a forma de totalização da economia ou o processo que integra completamente as economias nacionais e as organizações produtivas. O globalismo, por seu turno, é um conceito mais específico que remete à forma de organização econômica, jurídico-política, sócio-cultural e ideológica atual do modo de produção capitalista. É correto afirmar, desde esta concepção, que o globalismo é a forma capitalista do recente processo de globalização. Ambos os conceitos, portanto, refere-se a uma mesma realidade, qual seja, a da sociedade contemporânea de modernidade tardia, porém a observam de perspectivas teóricas diferentes. Para dar conta desta questão, é necessário colocar os conceitos de globalização e de globalismo no mesmo invólucro teórico-metodológico, de modo a que se possa desenvolver a partir daí uma adequada análise organizacional.

Neste sentido, globalização e globalismo são processos que circunscrevem as organizações contemporâneas de diferentes perspectivas e é desta forma que devem ser analisados pela Economia Política do Poder, ou seja, enquanto componente das relações sociais de produção em suas dimensões econômicas, institucionais, antropológicas, jurídico-políticas, ideológicas e psicossociológicas. Tomando por base esta concepção, deve-se identificar a efetivação das formas de controle psicossocial desenvolvidas pelas organizações atuais sobre seus membros nos limites do recente processo de globalização, sem abdicar da perspectiva social-histórica que as constituíram.

Compreender porque a globalização vem se acelerando cada vez mais nos últimos trinta anos, exige uma análise que localize este processo como contido no desenvolvimento das forças produtivas, nas relações e nos modos de produção, afetando tais relações ao mesmo tempo em que decorre de seus arranjos. De outro modo expresso, a globalização deve ser considerada, dialeticamente, na interior da dinâmica do desenvolvimento das relações sociais de produção. Para tanto, é preciso destacar a evolução das forças produtivas, especialmente sua parte econômica ou material (tecnologias físicas, de gestão e de processo, bem como as relações de trabalho), tanto quanto sua parte social, jurídico-política, ideológica, psíquica e cultural.

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Os últimos anos se constituem em um privilegiado período para que se estabeleça um corte analítico para o estudo das formas de controle psicossocial patrocinadas pelas organizações no âmbito da globalização, especialmente pelo papel destacado que ocupa o Estado Capitalista Contemporâneo nas articulações políticas que favorecem a modernização das relações e do modo de produção e que servem de garantia de sua manutenção. Assim, o processo acelerado de globalização que se verifica atualmente é o resultado das relações de poder que dão direção política ao Estado e que permitem a definição compartilhada de estratégias deste com os setores produtivos dominantes. As relações sociais de produção constituem o Estado e lhe dão forma e substância, de maneira que este passa a interpretar esses interesses dominantes ao mesmo tempo em que administra os conflitos e as contradições presentes na sociedade. Para afirmar sua função de coordenação, o Estado patrocina a aceleração do processo de globalização, enquanto estratégia dos setores dominantes do capitalismo contemporâneo, o que desencadeia impactos importantes que afetam as relações sociais de produção, exigindo redefinição ou reforço das relações de poder e definição de novas estratégias políticas, coordenadas pelo Estado. Para desvendar este intrincado e complexo fenômeno, é necessária uma análise que contemple três níveis interdependentes de investigação: o político-ideológico, em que devem ser explicitado o papel do Estado em suas relações com a sociedade, inclusive no patrocínio ao sistema de idéias que configure o pensamento dominante; o econômico propriamente dito, em que deve ser destacado o atual estágio das forças produtivas na produção de mercadorias; o psicossocial, em que devem ser analisadas as transformações do imaginário social, da ética, da intimidade e da identidade.

Para melhor compreender porque o processo de globalização acelerou-se de forma tão intensa, é necessário entender o papel que desempenha o Estado na sociedade contemporânea. A questão que precisa ser colocada é: como o Estado Capitalista Moderno conecta as estruturas econômicas, político-ideológica e psicossocial que atendem os interesses dominantes ao mesmo tempo em que articula a garantia institucional do poder político que lhe corresponde?

As recentes teorias do Estado capitalista certamente podem ajudar a entender esta complexa relação. Não é propósito destas rápidas considerações discuti-las amplamente, mas convém indicar que a mesma se encontra bem elaborada em muitos textos com diferentes pontos de vista (JESSOP, 1996; SCHWARZMANTEL, 1994; SPULBER, 1997; JESSOP, 1982, entre outros). O conceito que deve orientar a análise que subsidia a pesquisa no campo da Economia Política do Poder é que o Estado é um fator de coesão das muitas contradições sociais ao mesmo tempo em que aparece como o principal intérprete dos interesses dominantes (POULANTZAS, 1977). Formalmente, o núcleo do aparato estatal, de acordo com Jessop (1996: 341), compreende distintos grupos de instituições e organizações cuja função social aceita é definir e fazer cumprir decisões coletivas dos membros da sociedade em nome do interesse comum e da vontade geral. A questão que precisa ser entendida é que se o Estado, ele mesmo, é o lugar privilegiado no qual as decisões coletivas podem ser realizadas, ele é também o lugar onde a bem

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

sucedida organização do bloco hegemônico do capital pode definir e realizar seus interesses específicos, a despeito dos interesses de outros grupos ou classes sociais. Isto significa que as decisões estratégicas não são submetidas aos membros da sociedade em nome da vontade geral, pois que se trata de decisões estratégicas privadas.

Este conceito indica que o Estado é uma propriedade social apenas aparentemente. Como observa Jessop (1996: 342). *“O interesse comum é sempre assimétrico, marginalizando, definindo certos interesses ao mesmo tempo em que privilegiam outros. Não é o interesse geral que contém todos os interesses particulares”*. O propósito do Estado Capitalista Moderno é representar os interesses dominantes e simultaneamente assegurar a coesão social. Neste sentido, o Estado Capitalista reproduz as conexões econômicas e sociais que caracterizam o modo de produção capitalista e o faz através de ações e projetos que compreendem desde investimentos na infra-estrutura urbana e social, até mecanismos de financiamento da iniciativa privada, acordos internacionais, política financeira e orçamentária, disseminação de compostos ideológicos e política econômica em seu sentido mais amplo.

O Estado, em relação à sociedade, tendo em vista seu papel de articulação, deve assumir umas faces públicas legível e legitimadas, decorrentes das formas como se organizam as forças políticas. Neste sentido, o Estado atual, no berço do pós-modernismo, vem sendo identificado de acordo com esta nova face que assumiu após o que se denominou o fracasso do chamado socialismo real, do liberalismo e do keynesianismo, medido pelas dificuldades destes modelos de Estado em gerar crescimento e desenvolvimento econômico, ou seja, pelo esgotamento dos paradigmas. Esta nova face tem sido identificada como de natureza neoliberal, ou seja, um modelo que retoma a concepção dos liberais acerca da intervenção do Estado na economia, ampliando, entretanto seu escopo na medida em que procura extrair da experiência socialista e keynesiana, especialmente da social-democracia e do Estado de bem-estar social, algumas vantagens econômicas e sociais relevantes.

O surgimento de uma nova sociedade informacional em que a produção do conhecimento e sua disseminação, aliadas às tecnologia físicas de informação, ganham destaque, favorecem o modelo deste Estado neoliberal, que assentará suas bases políticas nas novas economias e modelos organizacionais, representados pela sociedade em rede, através de cooperações, fusões, aquisições e alianças estratégicas, capazes de conferir vantagens políticas e também econômicas, marcadas pela competitividade no mercado internacional (CASTELLS, 1999). Este modelo, segundo seus críticos (KATZ e COGGIOLA, 1996; LAURELL, 1997; SOUZA, 1995; WAINWRIGHT, 1998), acentua as diferenças sociais tornando cada vez mais presente os extremos de riqueza e pobreza. Frente a esta realidade, algumas correntes políticas buscaram um novo caminho de prática política, defendendo a chamada “terceira via”, que visa adaptar a social-democracia a este novo contexto, superando o neoliberalismo (GIDDENS, 1999), enquanto outras defendem a possibilidade da convivência entre as diferentes classes com a preservação do sujeito, mesmo com a acentuação do hiato existente entre elas, numa política

contextualizada frente ao recente processo de globalização (TOURAINÉ, 1998). De qualquer modo, para os propósitos da Teoria Crítica nos estudos das organizações, pode-se concordar com Kurz (2001) que se vive hoje um processo de mercantilização da alma e, pode-se acrescentar, que este processo é magistralmente operado pelas organizações.

7 A Face Atual do Controle Psicossocial Sobre o Trabalho nas Organizações: O Foco da Economia Política do Poder

O elemento mais importante para a compreensão das formas de controle psicossocial nas organizações e que afeta diretamente as relações de trabalho e de gestão dos processos de trabalho é o desenvolvimento das forças produtivas. De fato, o exame da evolução e expansão das forças produtivas é fundamental para compreender as modificações que se operam nas relações de produção e no modo de produção, na medida em que a determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações de produção. Como afirma Marx (1946), *“As épocas econômicas são distinguidas não por aquilo que é produzido, mas pela forma como os objetos de trabalho são transformados, pelo modo como se produz, pelos instrumentos de trabalho utilizados na produção, sendo estes os expoentes das condições sociais em que se produz”*.

Os instrumentos de trabalho, no sentido exposto, têm sofrido modificações importantes, especialmente com a introdução de tecnologias de base microeletrônica no processo produtivo. Tais modificações têm afetado o processo de trabalho e de produção bem como as tecnologias de gestão e de produto (FARIA, 1992; KATZ et alii, 1995; TEIXEIRA e OLIVEIRA, orgs. 1998; ANTUNES, 1999; GORENDER, 1999), inclusive do ponto de vista da subjetividade operária (LEITE, 1994), da saúde, do sofrimento e das relações psicossociais que se operam nas unidades produtivas (CODO et alii. 1998; DEJOURS et alii, 1994; DEJOURS, 1999; SENNET, 1999; MOTTA, 2000). Isto não significa que tais tecnologias sejam determinantes dessas transformações, pois elas compõem o desenvolvimento das forças produtivas, mas não há dúvida de que as mesmas representam um aspecto importantíssimo nas modificações que ocorrem no processo de trabalho industrial. No entanto, a percepção do trabalhador, forjada no espaço do trabalho e nas relações dele com o mundo do trabalho, que produz processos objetivos e subjetivos, que produz, enfim, o modo de ser do trabalhador enquanto tal tem merecido menos atenção do que poderia, ainda que algumas contribuições oferecidas sejam de grande importância teórica (LOYOLA, 1999).

Entende-se por novas tecnologias físicas de produção as tecnologias de base microeletrônica, ou seja, os equipamentos automatizados pela microeletrônica, que emergiram no cenário industrial a partir da década de 1970 (FARIA, 1992). O aparecimento das novas tecnologias é consequência de dois fatores conjugados: o primeiro é o esgotamento dos métodos tayloristas e fordistas da organização do trabalho enquanto

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER: OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

formas de viabilização da acumulação ampliada do capital; o segundo é a mudança nos padrões da concorrência decorrente da crise econômica mundial. De fato, as novas tecnologias surgiram na década de 70 numa época marcada pela crise econômica que assolou as economias dos países capitalistas avançados, que experimentaram redução da produtividade gerada pelos limites da eficácia dos métodos da organização do trabalho baseados no taylorismo e no fordismo. Esse paradigma, como observa Coriat (1988), entra em crise quando se depara com dois fatos novos: a instabilidade social engendrada pela própria Organização Científica do Trabalho (decorrente da desqualificação em massa do trabalhador associado à grande intensificação do ritmo do trabalho e, muitas vezes, das más condições deste); o grau de sofisticação alcançado pela técnica para o qual a linha taylorista/fordista, o qual tornou-se contraproducente devido ao excesso de tempos mortos e de tempos improdutivos despendidos em técnicas complexas de balanceamento das cadeias de produção.

Pesquisas recentes conduzidas por Robinson (2001; 2001b; 2000; 2000b) têm demonstrado que as mudanças globais configuradas em um modelo neoliberal que estruturam os novos arranjos decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, constituindo a atual face da globalização, decorrem não apenas de uma reestruturação da produção e de uma mudança dos processos tornando-os mais flexíveis, mas principalmente de uma nova composição de forças ou, mais propriamente, de novas relações de poder que afetam tanto o trabalho realizado, em termos de condições e de procedimentos, como as expectativas de emprego. Historicamente, a força de trabalho, como se sabe (MÉSZÁROS, 2002), interage dinamicamente e contraditoriamente com o desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que se constitui em um de seus componentes. Tal interação não se dá simplesmente como decorrente da inserção de unidades de força de trabalho na produção, mas como relação, mais apropriadamente, como relações sociais de trabalho.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi o de apresentar o esquema teórico-metodológico denominado Economia Política do Poder utilizado para o estudo e análise das organizações, enquanto instâncias mediadoras das ações dos sujeitos individuais e coletivos e, ao mesmo tempo, forma estruturada de controle psicossocial dos sujeitos. Para tanto, entende-se que as organizações devem ser investigadas em seu ambiente constitutivo, qual seja, o do globalismo, e a partir de uma matriz analítica que permita estudar as formas de controle psicossocial de acordo com diferentes níveis de análise.

Alvesson e Deetz (1998) sugerem que a Teoria Crítica, no âmbito dos estudos organizacionais, centra sua atenção nos seguintes temas:

- a. dominação;
- b. ideologia e práticas administrativas;

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

- c. relações entre a organização e a sociedade;
- d. condições e relações de trabalho e de subordinação (hegemonia);
- e. relações de poder;
- f. preconceito;
- g. controle.

De fato, o que se busca no estudo das organizações, do ponto de vista da Economia Política do Poder, são as relações internas e externas de poder, manifestas em suas formas de controle e em sua ação mediadora de objetivos e desejos, e em sua inserção dinâmica e contraditória na sociedade globalizada. As relações de poder têm como finalidade a posse política, o domínio, das estruturas organizadas da sociedade, daí a razão de se falar em Economia Política do Poder, pois se trata de compreender a interação entre o movimento da sociedade e do Estado Capitalista Contemporâneo e as lógicas internas da dinâmica organizacional, interação esta necessariamente contraditória, paradoxal e jamais definitiva. O suporte da análise deve ser as relações entre os sujeitos coletivos, seja no campo do trabalho, da produção, da realização, do imaginário ou dos afetos, em seus aspectos objetivos e subjetivos, ou seja, as relações de poder.

A Economia Política do Poder é, portanto, a forma que assume uma teoria crítica fundada em uma dialética materialista interdisciplinar nos estudos sobre organização, na medida em que leva em conta tanto os movimentos internos e contraditórios destas, nos quais se contemplam as realidades manifestas e ocultas (compartilhadas ou não pelos sujeitos), como suas interações com a totalidade social, interações igualmente complexas e contraditórias, nas quais se contempla o sócio-metabolismo do capital. As organizações, enquanto unidades de análise, não podem ser tomadas independentemente do lugar que ocupam na estrutura social e das relações que estabelecem no interior da mesma. Entretanto, é necessário colocar com clareza que há uma importante diferença epistemológica, com conseqüências teóricas e metodológicas, entre estudar as organizações a partir das suas interações contraditórias com a totalidade social, e estudá-las a partir dos efeitos do ambiente externo sobre a realidade interna e dos efeitos da realidade interna sobre o ambiente. Para a Teoria Crítica, não se trata de estudar os efeitos, sejam quais forem as direções destes, mas as relações, e não apenas as relações presentes nas estruturas e que as constituem, mas as relações dialéticas: esta diferença marca profundamente o campo da Teoria Crítica, distinguindo-a do estruturalismo, da fenomenologia, da teoria institucional, do funcionalismo, do positivismo, da metafísica (neo)kantiana e do empirismo.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

**ECONOMIA POLÍTICA DO PODER:
OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

- _____; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Mínima moralia*. São Paulo: Ática, 1993.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. *Petrópolis: Vozes*, 1999.
- ALVESSON, Mats e DEETZ, S. *Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais*. In: CLEGG, S. R. et alii. Orgs. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- AMIN, Ash. Ed. *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *A escola de Frankfurt*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BATTRO, Antonio M. *Dicionário terminológico de Jean Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- BERBEROGLU, Berch. *Labor and capital in the age of globalization: the labor process and the changing nature of work in the global economy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- BENJAMIN, César et alii. Orgs. *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BLAU, Peter M. e SCOTT, W. Richard. *Organizações formais*. São Paulo: Atlas, 1979.
- BRAGA, Ruy, KATZ, C e COGGIOLA, O. *Novas tecnologias*. São Paulo: Xamã, 1995.
- BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas: Papyrus, 1997.
- BUSS, David M. *Evolutionary psychology: the new science of the mind*. Allyn and Bacon: Boston, 1999.
- CARLEIAL, L e VALLE, R. Orgs. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*, 4ª. ed. Campinas: Papyrus, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 1: A sociedade em rede.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CENTRE for Contemporary Cultural Studies. *Org. Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CHANLAT, Jean-François. Coord. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996. 3 Vol.
- CHOMSKY, Noam. *Os caminhos do poder: reflexões sobre a natureza humana e a ordem social*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- CLEGG, Stewart R. *Frameworks of power*. London: Sage Publications, 1998.**
- CODO, Wanderley, et alii. *Indivíduo, trabalho e sofrimento*, 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COGGIOLA, O. Org. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

- _____. Capitalismo: "globalização" e crise. São Paulo: Humanitas/USP, 1998.
- COHEN, Albert. *Transgressão e controle*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- COHEN, Daniel. *Riqueza do mundo, pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CORIAT, Benjamin. *L'atelier et le chronomètre*. Paris: Christian Bourgois, 1994.
- _____. *L'atelier et le robot*. Paris: Christian Bourgois, 1994.
- _____. *Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção*. In: SCHMITZ, H.; CARVALHO, R. Q. *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *The feeling of what happens: body and emotion in the making of consciousness*. New York: Harcourt Brace, 1999.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. et alii. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEUTSCH, Karl. *The nerves of government*. New York: Free Press, 1966.
- DOWBOR, L. IANNI, O e RESENDE, P. *Orgs. Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- ENRIQUEZ, Eugène, et alii. *La formation psychosociale dans les organisations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- _____. *Imaginário social, recalcamento e repressão nas organizações*. São Paulo: Tempo Brasileiro 36/37: 53-94, jan.-jun. 1974.
- _____. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. *Organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- _____. *Análise comparativa das organizações complexas: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos*. Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: EDUSP, 1976.
- FARIA, José Henrique de. *A questão do autoritarismo organizacional*. Curitiba: Criar, 1985.
- _____. *Crise do autoritarismo e movimentos operários no ABC paulista: 1978-1980*. São Caetano do Sul: Revista IMES, 3(7):16-31, set.-dez. 1985.
- _____. *Crise do autoritarismo e movimentos operários no ABC paulista: 1978-1980*. São Caetano do Sul: Revista IMES, 3(7):16-31, set.-dez. 1985.
- _____. *Relações de poder e formas de gestão*. 2ª. ed. Curitiba: Criar, 1987.
- _____. *Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar, 1987.
- _____. *Tecnologia e processo de trabalho*. 2ª. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- _____. *Educação, trabalho e desenvolvimento tecnológico*. Curitiba: Simpósios Paranaenses de Educação e Trabalho, 1993.

**ECONOMIA POLÍTICA DO PODER:
OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

- _____ e OLIVEIRA, Sidney Nilton de. *Gestão da qualidade: a dimensão político-cognitivo-afetiva do desempenho organizacional*. Foz do Iguaçu: ENANPAD 99, 1999.
- _____. *The Contemporary State and Globalization*. Sunderland: University of Sunderland, 1998.
- _____. *Relações de poder nas organizações e nas instituições da sociedade*. Curitiba: UFPR/CEPPAD, 2000.
- _____. *Ética, moral e democracia: paradoxos da práxis organizacional*. Lisboa: *Comportamento e Gestão Organizacional*, Universidade Técnica de Lisboa, 2002.
- _____. *Trabalho, tecnologia e sofrimento*. México: *Crítica Jurídica*, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____ et alii. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- _____. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HIRS, Paul e THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HIRATA, Helena. *Org. Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- _____. *Teoria crítica*. São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JERUSALINSKY, Alfredo et alii. *O valor simbólico do trabalho*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- JESSOP, Bob. *The capitalist state: marxist theories and methods*. Oxford: Martin Robertson, 1982.
- _____. *State theory: putting the capitalist state in its place*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 1996.
- _____, et alii. *The politics of flexibility*. London: Edward Elgar, 1991.
- KANAANE, Roberto. *Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI*. São Paulo: Atlas, 1994.
- KATZ, C. e COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Kamã, 1996.

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

- ____ e Braga, Ruy. *Novas tecnologias: crítica da atual da reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- ____. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ____. *Mercantilização da alma*. São Paulo: FSP, Caderno Mais, 11.fev.2001.
- LACERDA, Antônio C. *O impacto da globalização na economia brasileira*. 2.a ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- LAURELL, Asa Cristina. Org. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 2ª. ed. São Paulo, Cortez, 1997.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LECLERCQ, Yves. *Teorias do estado*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- LOYOLA, Sonia. *A automação da fábrica: a transformação das relações de trabalho*. Curitiba: Ed. do Autor, 1999.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1974.
- ____. *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião, 1974.
- ____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.
- LYON, David. *A sociedade de informação*. Celta, 1992.
- MARCH, James Gardner e SIMON, Herbert Alexander. *Teoria das organizações*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, FGV, 1975.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: assalto à democracia e ao bem-estar social*. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 1998.
- MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. Buenos Aires: Biblioteca Nueva, 1946.
- MATTOSO, Jorge E. L. et alii. Orgs. *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ____ e OLIVEIRA, C. A. B. de. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.
- MORIN, Edgar e Le MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MÈSZÁROS, Itsván. *Socialism or barbarism*. New York: Monthly Review Press, 2001.
- ____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTTA, Fernando C. Prestes e CALDAS, Miguel P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.
- MOTTA, F. C. Prestes e FREITAS, Maria Ester de. *Vida psíquica e organização*. São Paulo: Editora FVG, 2000.
- OHMAE, Kenichi, *O fim do estado nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, M. Célia. Orgs. *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

**ECONOMIA POLÍTICA DO PODER:
OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

- PIAGET, Jean. *Problemas de psicologia genética*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- _____. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *A equilibrção das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 1991. 3 Vol.
- RICOUER, Paul. *Interpretação e ideologia*. São Paulo: Francisco Alves, 1990.
- SAYER, Derek. *Capitalism & modernity*. London: Routledge, 1996.
- SCHWARZMANTEL, John. *The state in contemporary society: an introduction*. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SKLAIR, Leslie. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *O colapso do neoliberalismo*. São Paulo, Global, 1995.
- SROUR, Robert Hémy. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SPULBER, Nicolas. *Redefining the state: privatization and welfare reform in industrial and transitional economies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- TANNENBAUM, Arnold. Comp. *O controle nas organizações*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, M. A. de. Orgs. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- TERTRE, Christian du et SANTILLI, G. *Automatisation et travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- THOMPSON, James David. *Dinâmica organizacional: fundamentos sociológicos da teoria administrativa*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- THOMPSON, Paul. *The nature of work*. 2ª. ed. London: Macmillan Press, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos?: Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VENTURA, Zuenir. *Inveja: mal secreto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- WAINWRIGHT, Hilary. *Uma resposta ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WATERS, Malcolm. *Globalization*. London: Routledge, 1995.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- ZIMBALIST, Andrew. Ed. *Case studies on the labor process*. New York: Monthly Review Press, 1979.